

Volume 2

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: Recortes e Discussões

Paulo Gomes Lima
Silvio Cesar Moral Marques
(orgs.)



Volume 2
FUNDAMENTOS
DA EDUCAÇÃO:
Recortes e Discussões

Paulo Gomes Lima
Silvio Cesar Moral Marques
(orgs.)

PACO  EDITORIAL

Conselho Editorial



Av Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

Profa. Dra. Andrea Domingues
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna
Prof. Dr. Carlos Bauer
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha
Prof. Dr. Fábio Régio Bento
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa
Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Prof. Dr. Romualdo Dias
Profa. Dra. Thelma Lessa
Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

©2015 Paulo Gomes Lima; Silvio Cesar Moral Marques (Orgs.)

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

L7324 Lima, Paulo Gomes; Marques, Silvio Cesar Moral
Fundamentos da Educação: recortes e discussões II/Paulo Gomes Lima;
Silvio Cesar Moral Marques. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

364 p. Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-8148-797-7

1. Fundamento da Educação 2. Pedagogia 3. Didática e formação de professores 4. Pensamento Pedagógico. I. Lima, Paulo Gomes; Marques, Silvio Cesar Moral

CDD:370

Índices para catálogo sistemático:

Educação-Pedagogia	370
História social	306.09

IMPRESSO NO BRASIL
PRINTED IN BRAZIL
Foi feito Depósito Legal

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
Capítulo I	
A educação para os povos primitivos.....	21
<i>Elicio Gomes Lima</i>	
Capítulo II	
A educação chinesa.....	39
<i>Gabriel Lomba Santiago</i>	
Capítulo III	
A educação hindu.....	53
<i>Rute de Carvalho Angelini</i>	
Capítulo IV	
A educação egípcia.....	71
<i>Vânia Lúcia Ruas Chelotti de Moraes</i>	
Capítulo V	
A educação hebraica.....	85
<i>Rubens Rodrigues Lima</i>	
Capítulo VI	
A educação heroica – a Odisseia e a Ilíada.....	93
<i>Flávia Leila da Silva</i>	
Capítulo VII	
A educação cívica – Esparta e Atenas.....	105
<i>Izabel de Carvalho Gonçalves Dias</i>	
Capítulo VIII	
O pensamento pedagógico de Sócrates.....	121
<i>Carolina Aparecida Rosa</i>	
Capítulo IX	
O pensamento pedagógico de Platão.....	135
<i>Kleyton Carlos Ferreira</i>	
Capítulo X	
O pensamento pedagógico de Isócrates.....	147
<i>Telma Elizabete de Moraes</i>	

Capítulo XI	
O pensamento pedagógico de Aristóteles.....	165
<i>Paulo Gomes Lima</i>	
Capítulo XII	
O pensamento pedagógico helenístico.....	181
<i>Cristiane de Sá Dan</i>	
Capítulo XIII	
A educação romana.....	195
<i>Meira Chaves Pereira</i>	
Capítulo XIV	
O pensamento pedagógico de Santo Agostinho.....	203
<i>Noêmia de Carvalho Garrido</i>	
Capítulo XV	
O pensamento pedagógico na ordem dos beneditinos (São Bento de Núrsia).....	219
<i>Silmara Aparecida Lopes</i>	
Capítulo XVI	
O pensamento pedagógico na ordem dos dominicanos..	237
<i>Mariclei Przyłepa</i>	
Capítulo XVII	
O pensamento pedagógico na ordem dos franciscanos..	255
<i>Ester Chichaveke</i>	
Capítulo XVIII	
O pensamento pedagógico de Santo Tomás de Aquino..	273
<i>Paulo Gomes Lima</i>	
<i>Lilian Tatiane Candia de Oliveira</i>	
Capítulo XIX	
Elementos da educação moral religiosa medieval: os bestiários.....	287
<i>Silvio Cesar Moral Marques</i>	
Capítulo XX	
A educação na Alta Idade Média.....	299
<i>Sonia Maria Borges de Oliveira</i>	

CAPÍTULO XVIII

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE SANTO TOMÁS DE AQUINO

Paulo Gomes Lima

Lilian Tatiane Candia de Oliveira

INTRODUÇÃO

Com o nascimento da universidade referenciada pela igreja católica e tendo a escolástica³² como metodologia, algumas questões são problematizadas a partir da filosofia para ratificar o teológico e a explicação de que todas as coisas criadas tinham sua fonte na criação divina, conforme o pensamento cristão.

32. Nesta direção, Abbagnano e Visalberghi (1995, p. 155-156) observam que o “[...] problema fundamental da escolástica é levar o homem a entender as verdades reveladas. A verdade revelada contida nos livros sagrados e as definições dogmáticas da Igreja é a norma de investigação escolástica, cujo fim exclusivo é fazer-se inteligível ao homem. Mas o homem não deve ficar centrado em suas próprias forças para conseguir o entendimento, antes deve recorrer ao auxílio daqueles a quem a Igreja reconhece como particularmente inspirado pela graça divina. Daí o princípio da autoridade na filosofia escolástica. Autoridade é a decisão de um concílio, uma palavra bíblica, a opinião de um Padre da igreja, e vale como princípio de investigação ou como ponto de referência na solução de um problema”. De forma sintetizada, Lima (2013) afirma que a escolástica, por sua finalidade e método, está associada às práticas pedagógicas dos mestres da era medieval, que buscavam apoiar a fé na razão.

Uma das mais importantes foi a *questão das universais*. Alguns religiosos na Idade Média, seguindo com ênfase o saber universitário escolástico (caracterizado como método dominante nas universidades medievais, que objetivava fundamentar a fé cristã a partir do pensamento racional, conciliar a razão com a fé, ou a felicidade terrena com salvação em Cristo), se questionavam se deveriam considerar como universal apenas os conceitos como frutos da mente (os universais são questões abstratas, nomes, relações criadas pela mente) – estes eram chamados de nominalistas – ou, se para considerar este ou aquele conceito ou objeto como universal, o mesmo deveria estar relacionado com um significante que estivesse fora do pensamento – estes eram chamados de realistas.

Dito de outra forma, os nominalistas consideram o universal apenas como indicativos abstratos que não careciam de correspondentes concretos (a ideia x objeto concreto), enquanto que os realistas acreditavam no contrário (Lima, 2013).

No âmbito dessa discussão, Santo Tomás de Aquino (séc. XIII) assume uma perspectiva educacional de base aristotélica, portanto, aproximada dos realistas, entretanto, ao se afirmar “uma perspectiva educacional”, deve-se lembrar que a temática educacional em si não era, necessariamente, o foco desse expoente. Ela passa transversalmente ao desenvolvimento de seus escritos de ordem filosófico-teológica.

A ruptura com o pensamento platônico tradicional da medieval igreja católica possibilitou que Tomás de Aquino estivesse na vanguarda de seu tempo. Seus estudos desenvolvidos a partir de Aristóteles fortaleceram o desenvolvimento do cristianismo, considerando a nova forma de pensar baseada na racionalidade que nos séculos posteriores predominou no Ocidente. A escolástica obteve êxito com Tomás de Aquino, que proporcionou a racionalidade ao pensamento cristão proporcionando-lhe uma filosofia. Para discutir o pensamento pedagógico de Santo Tomás de Aquino, iniciamos com uma breve reflexão sobre a vida e obra, seguida das discussões sobre a fé e a razão que fundamen-

taram o pensamento do estudioso e, finalmente, discutimos os elementos para a compreensão do processo educativo.

1. VIDA E OBRA

Tomás de Aquino, de família nobre, uma longa linhagem de condes de Aquino, nasceu no Castelo de Rocasecca em 1225, no reino da Sicília. Aprendeu as primeiras letras no mosteiro de Montecassino. Aos 14 anos de idade passou a frequentar a Universidade de Nápoles, na qual se tornou discípulo de Alberto Magno. Ingressou, aos 18 anos de idade, na ordem dos dominicanos e dedicou a sua vida ao Magistério. Em contato com o conhecimento historicamente produzido durante sua formação universitária em Nápoles (1239-1244), Tomás de Aquino, estudante, conhece as principais ideias e bases científico-filosóficas e pedagógicas disponibilizadas, dentre elas, as contribuições aristotélicas que causam impacto significativo na construção de seu pensamento.

Em 1252, com aproximadamente 28 anos de idade, torna-se professor da Universidade de Paris, lecionando na Faculdade de Teologia (recebendo por esta instituição o grau de mestre em Teologia aos 31 anos de idade), onde permanece até 1258, depois dedicar-se-á à militância eclesiástica tanto na ordem dominicana quanto na universidade.

Fora um escritor que produziu considerável número de livros, destacando-se a *Suma Teológica* como explicitação de sua profissão de fé cristã, centrado em razões concretas, portanto de base realista aristotélica, que justificavam e apresentavam o cristianismo como parâmetro da verdade absoluta à luz da igreja. Para ele, a verdade não poderia contrapor-se à própria verdade – se em algum momento isso acontecesse, explicava, era porque não era verdadeiramente racional. Por sua influência ao pensamento cristão, Tomás de Aquino é conhecido como “Doutor Angélico” e “Anjo das Escolas”.

Segundo Rosa (2001, p. 107), paralelamente ao pensamento agostiniano com a obra homônima *De Magistro* sobre a ação docente, Tomás de Aquino admite que o verdadeiro mestre que ensina às almas dos seres humanos é Deus, destaca, entretanto, a necessidade de intervenção exterior e participação ativa do educando no processo educativo. Tais destaques serão desenvolvidos a seguir.

2. FÉ E RAZÃO COMO FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO TOMISTA

Conforme Lima (2013), enquanto que a visão da educação da Alta Idade Média, por meio de Santo Agostinho, fora conduzida pelos documentos patrísticos e idealismo platônico; na Baixa Idade Média (séc. XII-XV), a principal contribuição para o desenvolvimento do pensamento e práticas pedagógicas estará além dos escritos patrísticos e contribuições árabes, ou seja, centrada no realismo aristotélico e habilmente explorada nas obras de Santo Tomás de Aquino (séc. XIII). No pensamento aristotélico, há uma ênfase de que os seres e o mundo só podem ser entendidos à luz de um sistema evolutivo de *perene devir* (permanente vir a ser ou constante mudança). Tais mudanças teriam como eixos centrais o ritmo e princípios pelos quais estas se guiariam. Por exemplo, em relação ao desenvolvimento ou formação dos seres, são considerados dois momentos centrais: a) potência; e b) ato.

A ilustração do ovo e pinto é típica para exemplificar esses dois momentos. Observamos que um ovo se transforma em pinto. O ovo traz o pinto como uma potência, ou seja, como uma dimensão latente que vai se desenvolver. Quando nasce o pinto, dizemos que a potência se transforma em ato: o pinto. Considera-se que o caminho da transformação do ato em potência obedece a princípios determinados, a saber: a) a causa material; b) a causa formal; c) a causa eficiente e d) a causa final, como se segue:

- a) **Causa material** – a matéria-prima que vai dar origem ao novo ser – as coisas ou seres se originam de determinantes materiais;
- b) **Causa formal** – a forma e/ou as características que o novo ser deverá apresentar;
- c) **Causa eficiente** – o meio pelo qual ou de que maneira o novo ser é gerado ou é trabalhado;
- d) **Causa final** – os objetivos ou finalidades para os quais o novo ser foi gerado.

Guiado por esta relação potência-ato e pelos princípios que a regem, tanto o pensamento quanto as práticas pedagógicas deveriam ser orientados para fins práticos, como apontava a visão aristotélica em três fatores básicos: a) apresentação do conteúdo a ser desenvolvido (causas naturais), b) assimilação do conteúdo apresentado pelo meio adequado da transmissão do conhecimento (meios para aprender) e c) certificação do aprendizado por meio de atividades/exercícios (prática ou aplicação do que foi ensinado).

3. ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO EDUCATIVO EM SANTO TOMÁS DE AQUINO

Santo Tomás de Aquino, diferentemente de Santo Agostinho, concebe, assim como Aristóteles, que todo ser possui uma finalidade que pode ser entendida quando considerada a dimensão potência-ato. Neste sentido, vai ser um inovador da pedagogia de seu tempo: acredita que a construção do conhecimento se dá de maneira dinâmica e ativa e não simplesmente um processo de transmissão pelo professor. Este processo de construção, segundo Tomás, de forma nenhuma coloca Deus em segundo plano, muito pelo contrário, situa-o como protagonista da história do homem e, exatamente por isso, a educação é considerada por

ele como autoeducação, uma vez que estimula o contato com a realidade divina elaborada em favor do homem.

No processo de educação do ser humano, Santo Tomás de Aquino considera que Deus introduz em cada homem os princípios fundamentais de todos os conhecimentos, mas todas as deduções e aplicações dos mesmos são feitos dos homens e suas experiências. Assim a educação, por meio do auxílio do professor, ajudará o aluno a transformar sua potência intelectual em ato, como num *processo de atualização* do conhecimento.

Na obra *Suma Teológica*, na parte I e II da questão 15, o autor discorre sobre o conhecimento entrelaçando-o ao intelecto e às vontades das ações humanas, como segue:

Consentir implica a aplicação do sentido a algum objeto. É próprio do sentido conhecer as coisas presentes. A imaginação é apreensiva das semelhanças corporais, embora estas estejam ausentes nas coisas das quais são semelhanças. Mas, o intelecto é apreensivo das razões universais, as quais podem apreender indiferentemente, quer as singulares estejam presentes ou ausentes. E porque o ato da potência apetitiva é uma inclinação para a própria coisa, por semelhança, a aplicação da potência apetitiva à coisa, enquanto a esta inere, recebe o nome de sentido, como se recebesse alguma experiência da coisa à qual inere, enquanto, satisfaz nela. Donde se ler no livro da Sabedoria: “Senti o Senhor em bondade”. Por isso, consentir é ato da potência apetitiva. (Tomás de Aquino, 2003, p. 205)

Assim, a razão e o desdobramento do conhecimento do homem servem para comprovar que Deus se revela na sua própria criação e sua existência é causa maior de todos os efeitos. Se este não for o fim último do conhecimento e da ciência, então o sagrado deve se sobrepor ao profano. A partir de Andery (1999, p. 152), são listadas as provas da existência de Deus: 1) do movimento identificado no universo; 2) da ideia de causa em geral; 3) dos conceitos

de necessidade e possibilidade; 4) da observação dos graus de hierárquicos de perfeição das coisas; e 5) da ordem das coisas, assim:

1. Deus existe porque existe movimento no universo. Observa-se, no mundo, que as coisas se transformam. Todo o movimento tem uma causa, que é exterior ao ser movido. Sendo cada corpo movido por outro, é necessário existir um primeiro motor, não movido por outros, responsável pela origem do movimento. Esse primeiro motor é Deus.

2. Deus existe porque, no mundo, os efeitos têm causa. Todas as coisas no mundo são causas ou efeitos de algo, não podendo uma coisa ser causa e efeito de si mesma. Assim, toda causa causada por outra leva à necessidade da existência de uma causa não causada. Essa primeira causa é Deus.

3. Deus existe porque observa-se, no mundo, o aparecimento e o desaparecimento de seres. Se todas as coisas aparecem e desaparecem, elas não são necessárias, mas são apenas possíveis. Sendo apenas possíveis, deverão ser levadas a existir num dado momento por um ser já existente. Esse ser existente e necessário de si próprio, que torna possível a existência de outros seres, é Deus.

4. Deus existe porque há graus hierárquicos de perfeição nas coisas do mundo. Dizer que existem graus de bondade, sabedoria, implica a noção de que essas coisas existam em absoluto, o que, inclusive, permite a comparação. A bondade e a sabedoria absoluta (em si) são Deus.

5. Deus existe porque existe ordenação nas coisas do mundo. No mundo, verifica-se que as diferentes coisas se dirigem a um determinado fim, o que ocorre regularmente e ordenadamente. Sendo tão diversas as coisas existentes, a regularidade e a ordenação não poderiam ocorrer por acaso; portanto, faz-se necessário que exista um ser que governe o mundo. Esse ser é Deus.

Deus é o grande princípio ordenador do universo e toda educação é uma tentativa de alcance do modelo divino que foi interrompido por conta do pecado. Sua função deve ser res-

tauradora para se atingir o ideal da verdade e do bem. A razão dirigida por uma educação cristã centrada na fé possibilita ao homem compreender a dimensão reveladora da graça de Deus. Neste sentido, para ele, não deve haver primazia da razão sobre a fé, pois nem todas as coisas ofertadas por Deus são objeto da razão, o indivíduo só pode aceitar pela fé. Neste caso, a noção reveladora vem antes da racional e sem limitações.

Em obra homônima à de Santo Agostinho (*De Magistro*), Santo Tomás de Aquino por meio da Questão XI (*De veritate*) afirma que somente Deus é o verdadeiro mestre, mas que o homem precisa de uma ajuda exterior para atualizar os seus conhecimentos (sensíveis e inteligíveis – os primeiros se dão pelos órgãos sensitivos e os segundos por meio de abstrações). Na obra *De magistro*, Santo Tomás assinala as qualidades do mestre cristão, justifica o ensino e a função do mestre em quatro artigos (1. Se o homem pode ensinar e chamar-se mestre, ou só Deus; 2. Se alguém pode dizer-se mestre de si mesmo; 3. Se o homem pode ser ensinado por um anjo; 4. Se o ensinar é um ato da vida ativa ou contemplativa):

Ora, no ato de ensinar encontramos uma dupla matéria, o que se verifica até gramaticalmente pelo fato de que “ensinar” rege um duplo acusativo: ensina-se – uma matéria – a própria realidade de que trata o ensino e ensina-se – segunda matéria – alguém, a quem o conhecimento é transmitido. Em função da primeira matéria, o ato de ensinar é próprio da vida contemplativa; em função da segunda, da ativa, pois sua última matéria, na qual se atinge o fim proposto, é matéria da vida ativa. Daí que pertença mais à vida ativa do que à contemplativa, se bem que de algum modo pertença também à vida contemplativa, como dissemos. (Tomás de Aquino, 2004, p. 46)

Para Santo Tomás de Aquino, todas as coisas têm certa finalidade, assim, existem para determinado fim. Neste sentido, passam por um processo de transformação, isto é, do ser em potência ao

ser em ato — as coisas são o que são por terem potencialmente (trazem dentro de si) a possibilidade de se transformarem no que são. Neste sentido, a educação formal é a possibilidade do desdobramento do conhecimento intelectual que está no indivíduo (colocado pelo mestre interior, Cristo), mediado por um mestre exterior (o professor) e a sua finalidade é transformar o aluno enquanto ser-potência no aluno enquanto ser-ato. Ou seja, o aluno ajudado por um professor vai materializar em si os atributos que já são seus, por isso somente Cristo, que colocou estes atributos em cada ser, pode ser chamado de mestre e não o homem. Desse modo, o estudioso destaca mais uma vez a importância do ensino no processo de aquisição de conhecimento.

Ora, o conhecimento preexiste no educando como potência não puramente passiva, mas ativa, senão o homem não poderia adquirir conhecimentos por si mesmo. E assim como há duas formas de cura: a que ocorre só pela ação da natureza e a que ocorre pela ação da natureza ajudada pelos remédios, também há duas formas de adquirir conhecimento: de um modo, quando a razão por si mesma atinge o conhecimento que não possuía, o que se chama descoberta; e, de outro, quando recebe ajuda de fora, e este modo se chama ensino. (Tomás de Aquino, 2004, p. 36)

Santo Tomás aponta a educação moral como fundamental para o desenvolvimento do caráter disciplinador no ser humano. Todos os esforços da família, do professor e da escola deveriam, a seu ver, ser desenvolvidos buscando a aquisição de bons hábitos (comportamento adequado ao que se espera). Assim, tudo que prepara o homem para um estado melhor contribui para sua salvação eterna. Para efeitos de enriquecimento, transcrevermos a seguir um excerto da obra *De Magistro* de Santo Tomás de Aquino.

Excerto da obra *De Magistro* – Questão XI – Artigo 1º

Primeiramente pergunta-se se o homem pode ensinar e ser chamado Mestre, ou se Deus somente.

Parece que só Deus ensina e pode ser chamado Mestre.

1. Consta no Evangelho (Mat. XXXIII, 8) esta afirmação: “Um só é vosso mestre”, precedida pela outra: “Não pretendais ser chamados mestres”. A Glosa interlinear [Comentário de uma leitura feita por escrito] comenta: “Não atribuais aos homens a honra divina e nem usurpeis para vós o que compete à Deus”. Logo parece caber somente a Deus ensinar e ser chamado Mestre.

2. Além disso, o homem não ensina senão através de alguns sinais; pois embora pareça que algumas coisas sejam ensinadas através delas mesmas, como – por exemplo – a quem pergunta o que seja caminhar o outro põe-se a caminhar; isto, todavia, não é suficiente para ensinar se não for ensinado por outro sinal, como diz Agostinho no *De Magistro* (capítulo III) e o explica pelo fato de que na mesma coisa estão presentes vários aspectos de tal modo que se desconheceria sobre qual aspecto está sendo considerada aquela coisa: se quanto à substância ou quanto ao acidente. Mas, pelo sinal não é possível atingir o conhecimento das coisas pois o conhecimento delas é mais importante que os sinais, sendo que o conhecimento destes visa ao conhecimento das coisas: este é o seu fim. Ademais, o efeito o efeito não é superior à sua causa. Logo, ninguém pode transmitir aos outros o conhecimento de alguma coisa e, portanto, não lhe pode ensinar.

3. Além disso, se um homem propõe a alguém os sinais de algumas coisas, este ou conhece ou não conhece as coisas significadas pelos sinais. Se, pois, as conhece, não recebe ensinamentos sobre elas. Se, pelo contrário, as ignora, sendo ignorado o argumento não pode compreender a significação dos sinais. Quem ignora o que seja pedra não pode compreender o significado do nome *pedra*. Eis que, ignorando o significado dos sinais, não se pode acrescentar nada através dos sinais. Se, pois o homem para

ensinar nada faz senão acrescentar sinais, eis que um homem não pode ser ensinado por outro homem.

4. Ensinar nada mais é que provocar o conhecimento de algo em outrem. Ora, sujeito do conhecimento é o intelecto. Mas os sinais sensíveis – mediante os quais somente o homem parece possa ser ensinado – não atingem o intelecto, mas permanecem na potência sensitiva. Logo, um homem não pode ser ensinado por outro homem.

5. Ainda mais, se o conhecimento é provocado em alguém por outrem, ele ou já estava em quem aprende, ou não. Se não estava, e no homem é causado por outro, eis que um homem pode transmitir o conhecimento a outro homem, o que é impossível. [...]Mas, as razões seminais não podem ser levadas ao ato por nenhuma potência criada, sendo, inseridas na natureza somente por Deus, como diz Agostinho no comentário do *Gênesis*. Disso resulta que um homem de modo algum pode instruir a outro.

6. Demais, a ciência é acidente. Mas o acidente não transforma substância. Logo, sendo que o ensino nada mais é que a transfusão da ciência do mestre para o discípulo, eis que um não pode ensinar a outro.

7. A respeito da *Epístola aos Romanos* (X, 17): *Fides ex auditu* – ‘a fé pelo ouvir’ – diz a Glosa Interlinear: “Embora Deus ensine no interior, todavia o pregoeiro anuncia exteriormente”. Mas, a ciência tem sua origem por dentro, na mente, não por fora, nos sentidos. Logo, o homem é instruído por Deus somente e não por outro homem.

8. Diz Agostinho na obra *De Magistro*: “Somente Deus ensina a verdade interiormente, possui cátedra no céu. O homem está para essa cátedra como o agricultor para a árvore”. O agricultor, pois, não cria a árvore, mas a cultiva. Logo, nem se pode dizer que o homem comunica a ciência, mas dispõe, prepara para ela.

9. Ainda, se o homem fosse verdadeiramente mestre, necessariamente ensinaria a verdade. Ora, quem ensina a verdade ilumina a mente, sendo ela o lume do intelecto. Logo, o homem pelo ensino iluminará o intelecto; o que é falso, pois “Deus é

quem ilumina a todo homem que vem a esse mundo” (João I, 9). Logo, o homem não pode, na verdade, ensinar alguém.

10. Se um homem ensina outro é necessário que o torne de conhecedor potencial a conhecedor em ato. Logo, é preciso que seu conhecimento seja levado de potencial ao ato. O que, porém, passa do potencial ao ato, necessariamente muda. Então, a ciência ou sabedoria estaria sujeita a mudança. Mas, isto é contrário ao que diz Agostinho no livro LXXXIII das *Questões*: “Acedendo ao homem não é a sabedoria que muda, mas o homem”.

11. Ainda mais, o conhecimento nada mais é que a descrição das coisas no espírito, pois é definido como a assimilação do ciente ao objeto científico. Mas, um homem não pode descrever as representações das coisas no espírito de outrem porque de tal maneira estaria operando internamente nele, o que é prerrogativa só de Deus. Logo, não pode um homem ensinar a outro.

12. Boécio Afirma no livro *De Consolatione* (V, prosa 5) que através da doutrina a mente do homem é somente estimulada para o conhecimento. Mas, quem estimula alguém para ver fisicamente não produz nele a vista. Logo, um homem não produz saber em outro homem, e portanto não se pode dizer propriamente que ele ensina.

(S. Thomae de Aquinatis, *Questione Disputatae*, volumen I, *De Veritate*, Editio IX Romae, Marietti Editori, 1953, p. 223-224, in Rosa, (2001, p. 108-112)

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N.; VISALBERGHI, A. *Historia de la pedagogia*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1995.

ANDERY, M. A.; et. al. *Para compreender a ciência*. 8. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1999.

LIMA, P. G. *Fundamentos teóricos e práticas pedagógicas*. Engenheiro Coelho/SP: UNASPRESS, 2013.

ROSA. M. da G. de. *A história da educação através de textos*. São Paulo: Cultrix, 2001.

TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. V. III, Seção I, Parte II, Questões 1-48. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *Sobre o ensino* (De Magistro), os sete pecados capitais. São Paulo: Martins Fontes, 2004.